

Gramsci, Hegemonia e Cultura: relações entre Sociedade Civil e Política

José Mario Angeli*

Falar em Gramsci é sempre muito inspirador e provocativo, pois ele nos leva a refletir, a analisar a sociedade em que vivemos e nos força a pensar em alternativas, em possibilidades de mudanças. Falar em Gramsci e refletir sobre as suas elaborações, sobre a forma como pensou a sociedade de seu tempo, certamente nos convoca e nos reanima a pensar numa sociedade socialista diferente desta em que estamos vivendo. Este,

certamente, é o grande desafio que a humanidade tem à sua frente. E para aqueles que estão preocupados com a transformação desta sociedade capitalista e com a construção de outra forma de relação entre os seres humanos, o tema que aqui vamos debater é bastante oportuno. Ele irá tratar do conceito de *hegemonia e cultura* no pensamento de Gramsci na perspectiva da elaboração e da construção da cultura das classes subalternas, pois entendemos aqui hegemonia e cultura dentro de um sistema de força, por um lado; e, por outro, como formas de busca de consentimento desenvolvidas por políticas como expressão de uma

concepção de mundo, estratégia para influenciar a esfera da cultura e o sentido dos processos que acontece nesta.

Leandro Konder, em seu trabalho *O futuro da filosofia da práxis: o pensamento de Marx no século XXI*, pergunta se o legado de Marx tem potencialidade para contribuir na compressão dos fenômenos contemporâneos. Compreende Marx como um pensador do século XIX, com profundas marcas do

seu tempo, de seu ambiente intelectual, mas que marcou de forma inequívoca a reflexão e criação cultural do século XX. Konder não escamoteia a crise que assolou o pensamento herdeiro de Marx no final do século XX, na esteira do fracasso do socialismo real, e conclui que a “Filosofia da práxis”, dialogando com outras correntes de pensamento, têm a solidez necessária para compreender as expressões das novas e cada vez mais profundas crises do capitalismo (KONDER, 1992).

Esta mesma questão deve ser feita reportando-se a Gramsci. De um lado, porque Antonio Gramsci é um dos mais



Antonio Gramsci (1891-1937)

notáveis e importantes pensadores marxistas. Por outro, porque o pensamento de Gramsci, apesar de ter uma unidade intrínseca, aparece em sua obra de forma fragmentada e ao mesmo tempo em que ele enfrenta uma diversidade de temas de forma interrogativa e questionadora desafiando a nossa compreensão. Isto, porque Gramsci – que nasceu em 1891 na Sardenha, localizada em uma ilha ao sul da Itália – passou seus últimos dez anos de vida no cárcere fascista, onde escreveu grande parte de sua obra, os chamados “*Cadernos do Cárcere*” e as “*Cartas do Cárcere*”, e veio a falecer em 1937 sem ter tido condições e tempo de organizar suas notas e reflexões. Os escritos de Gramsci estão sempre voltados para o debate, para a interlocução. Como homem de ação que foi, sua reflexão teórica é um esforço para apreender a dinâmica dos eventos que aceleravam ou freavam o avanço da classe operária da Itália, em particular.

Neste aspecto, a obra de Gramsci é pedagógica. Acima de tudo com claro objetivo pedagógico. Instrumentalizar a classe operária para que ela assumisse consciência da própria história e fosse protagonista da sua emancipação (Pfaifer, Friedmann Angeli, 2010).

Assumir a consciência da própria história em Gramsci significa compreender de fato como se estrutura e se organiza a ideologia da classe dominante, isto é, como se dá “*a organização material voltada para manter, defender e desenvolver a frente teórica ideológica*” (GRAMSCI, 1977, p. 332). Esta questão é nuclear para a filosofia da práxis. Práxis aqui entendida como a objetivação do homem, domínio da natureza e como realização da liberdade humana

(KOSIC, 1976). Práxis entendida como elemento laborativo e existencial:

“ela se manifesta tanto na atividade objetiva do homem, que transforma a natureza e marca com sentido humano os materiais naturais, como na formação da subjetividade humana, na qual os momentos existenciais como a angústia, a náusea, o medo, a alegria, o riso, a esperança etc. não se apresentam como experiência passiva, mas como parte da luta pelo reconhecimento, isto é, do processo de realização da liberdade humana” (idem, p. 204).

A filosofia da práxis é para Gramsci a expressão do “*historicismo absoluto*”, *mundialização e terrenalidade absoluta do pensamento, um humanismo absoluto da história*” (GRAMSCI, 1977, p. 1437). Ela é o principal instrumento teórico-ideológico para pensar a “*realidade vivente*” e suas contradições; e, mais que isso, para apontar as limitações e acobertamento da produção intelectual que dá sustentação às formas de representação da realidade. As categorias construídas por Gramsci para desvendar as mais diferentes expressões da produção científica, filosófica e cultural de seu tempo apontam em vários momentos para o lugar que realiza a incorporação formal dos jovens ao conhecimento sistematizado das ciências sociais e das ciências da natureza, do universo linguístico e da lógica que os ordena. Gramsci realiza esta tarefa dialogando com as correntes de pensamento que expressavam a representação social de diferentes momentos e avaliando os avanços e retrocessos da luta dos operários.

Neste contexto, nos perguntamos: estudar Gramsci tem sentido? Em que consiste a originalidade de Gramsci? Antes de tudo é importante observar que

ele é um clássico do pensamento político e, ao mesmo tempo, foi um militante político. Então, devemos estudá-lo enquanto um clássico ou devemos estudá-lo enquanto militante político? Na vida política ele não teve fortuna, como ele mesmo afirmou: “não tive sorte em minha luta política, por um momento estou derrotado”. Ainda, no mundo de hoje, onde o apanágio da modernidade tecnocrática predomina triunfalmente e a luta pela construção de uma alternativa democrática nacional e popular, centrada na força organizada dos trabalhadores, está em decadência, seria possível encontrar na obra de Gramsci sugestões e respostas? São questões que estão colocadas para nós hoje.

O pensamento de Gramsci é intrinsecamente difícil. E, depois das publicações dos “*Cadernos do Cárcere*” organizados pelo prof. Gerratana e das “*Cartas do Cárcere*” organizadas pelo prof. Santucci, vieram à tona muitos conceitos que não foram suficientemente compreendidos: entre eles estão o de “hegemonia e cultura”. No nosso entendimento são dois conceitos que estão profundamente imbricados com o conceito de “sociedade civil”, expressão da originalidade desse pensador italiano.

Ele vê a liberdade e a necessidade dos homens como uma questão aberta à ação dos grupos e dos indivíduos da sociedade. Pode-se dizer que o mérito de Gramsci, para quem o materialismo histórico era essencialmente “*uma teoria da história*”, foi o de entender que o método de interpretação da história de Marx não podia ser deduzido dos princípios elementares expostos em obras de caráter geral, como era feito habitualmente, mas que era necessário extraí-los das obras que analisavam

situações concretas, a exemplo do *18 Brumário*.

A análise de situações concretas levou-o, primeiramente, a refutar o economicismo elementar, confundido geralmente com o marxismo ortodoxo. É necessário, dizia Gramsci, distinguir as **modificações econômicas** que afetam profundamente a própria estrutura da sociedade, que são relativamente permanentes e repercutem sobre os interesses das classes sociais inteiras, das que são simples **variações conjunturais** que afetam apenas pequenos grupos. Gramsci afirma que somente em relação às primeiras tem sentido a afirmação de Marx, na *Introdução à Crítica da Economia Política*, de que “*os homens tomam consciência, no campo da ideologia, dos conflitos que se manifestam na estrutura econômica*”. Estrutura que, para Gramsci, não é um conceito especulativo, mas uma realidade que pode ser analisada com os métodos das ciências naturais, e que não deve ser estudada separadamente da superestrutura, porque “*a estrutura e as superestruturas formam um bloco histórico. Isto é, o conjunto complexo, contraditório e divergente, das superestruturas é o reflexo do conjunto das relações sociais de produção*”. As contradições destas relações sociais podem ser percebidas

“*na existência de consciências históricas de um grupo (coma existências de estratificações correspondentes a diversas fases do desenvolvimento histórico da civilização e com antíteses entre os grupos que correspondem a um mesmo nível histórico), manifestando-se nos indivíduos isolados como reflexo desta desorganização vertical e horizontal*” (GRAMSCI, 1977, p. 871).

Gramsci rejeita a redução do materialismo histórico a uma concepção de “sociologia abstrata”. Sociologia abstrata entendida como pura teoria ou como um corpo teórico preparada para interpretar diretamente a realidade, o que implica, para ele, abandonar toda a sociologia e ou mesmo a história abstrata para se chegar a uma realidade concreta. Esta “identidade” e “diversidade” conceitual parece ser uma das características da metodologia gramsciana. Assim, sustenta Gramsci, a capacidade de “encontrar a identidade real sob a diferenciação e contradição aparente, e encontrar a diversidade substancial sob a identidade aparente é o mais delicado, incompreendido, mas essencial, dote do crítico das idéias e do historiador do desenvolvimento social” (idem, 2268).

Esta característica metodológica gramsciana está muito presente, conforme observou Baratta, tanto na teoria como na prática de sua própria pessoa, na condição de vida de sardo com a italianidade, com o sentimento nacional e o cosmopolitismo, a consciência de classe e a universalidade do ser humano (Baratta, 2000).

Baratta dissimula a polêmica sobre o pensamento de Gramsci, entre ser mais historicista do que sociologista, definido por alguns autores; ou que Gramsci teria utilizado mais a filosofia do que a história para a compreensão da realidade italiana de seu tempo. Segundo Baratta, o pensamento gramsciano está consolidado pela percepção que vem dos de baixo, dos subalternos e diferentes. Uma das originalidades de Gramsci consiste em ter acolhido a importância do momento ideológico, cultural e teórico em conjunto da dimensão política do processo histórico das classes subalternas.

Badaloni afirma que há duas concepções que marcam o pensamento de Gramsci, uma teórico-filosófica, que se liga a Croce; e, outra ético-política que vai além de Croce, sobretudo, contrária a Croce (BADALONI, 1987, p. 159). Segundo Badaloni, estas duas posições mudaram muito e hoje devemos situá-lo no interior da teoria marxista da história. Segundo a nossa compreensão, Badaloni parece nos dizer que uma sociologia abstrata vem cedendo o seu lugar para uma compreensão historicista, que por sua vez não despreza uma leitura mais política de Gramsci.

É possível identificar nos seus escritos, e particularmente nos “Cadernos do Cárcere”, o valor por ele atribuído à leitura historicista. Segundo Gramsci, o pesquisador da história não vai da teoria à realidade, à busca de espécies puras que correspondam àquilo que se previu anteriormente:

“A realidade é rica nas combinações mais estranhas e é o teórico que está obrigado a buscar a prova decisiva de sua teoria nesta mesma estranheza, a traduzir, para a linguagem teórica, os elementos da vida histórica e não ao contrario, que seja a realidade que deva apresentar-se segundo esquema abstrato” (GRAMSCI, 1977, p.1051).

Essa observação de Gramsci é-nos importante porque, para alguns teóricos, Gramsci não teria se preocupado muito da economia, não teria feito, como Marx, a crítica da economia e sim se preocupado com a superestrutura. Gramsci está atento às transformações econômicas da Itália e do mundo. Ele está muito atento a isto. Podemos afirmar que o que caracteriza o seu pensamento é a orientação historicista cuja base se sustenta na historicidade dos fatos sociais.

Na elaboração de seu pensamento a orientação historicista será enriquecida por outras categorias importantes na medida em que ela permite colher o “*senso comum*” e o “*bom senso*” que estão no fundo da concepção da vida e do homem, difundida no passado e no presente, de que a linguagem é a portadora.

A propósito, ele observou que

“coloca-se a questão, se uma verdade teórica descoberta em correspondência a uma determinada prática pode ser mais generalizada e garantida universalmente em uma época histórica. A prova da sua universalidade consiste entretanto naquilo que ela se torna, por um lado se ela estimula conhecer melhor a realidade efetiva ... e por outra se estimulado e ajudado a melhor compreensão da realidade fatural agora incorpora a realidade mesma como se fosse expressão originária” (GRAMSCI, 1977, p. 1134).

E, logo mais adiante, ele chama atenção do contraste entre pensar e operar:

“Este contraste entre pensar e operar, isto é, a coexistência de duas concepções de mundo, uma firmada em palavra e a outra explicitada nas operações efetivas do operar, não é devida simplesmente a má fé. A má fé pode ser uma explicação satisfatória para alguns indivíduos singularmente tomado ou para um grupo mais ou menos numeroso, mas não é satisfatória portanto quando o contraste se verifica na manifestação de vida de uma grande massa” (Idem, p. 1379).

O contraste entre o operar e o pensar em Gramsci se apresenta na polêmica contra o determinismo da II e da III Internacional. Ela entendeu que o movimento das forças produtivas e das relações sociais de produção seria

suficiente para provocar a superação do capitalismo. As condições objetivas se encarregariam da transformação histórica, mas sem levar em consideração as subjetividades dos indivíduos e da classe trabalhadora. Segundo Gramsci, a libertação do homem toma a forma da compreensão do grupo social que tem uma própria concepção de mundo. Esta concepção se articula organicamente para construir uma hegemonia dominante sobre as classes subalternas. Por isso, é necessário um esforço e disciplina intelectual por parte dos indivíduos, para que possam exprimir uma concepção de classe.

A correção proposta do marxismo em Gramsci está no Partido, cuja função é a da elaboração e difusão da concepção de mundo, enquanto elabora essencialmente a ética e a política conforme a experiência histórica da classe trabalhadora que vai se forjando na luta do operar. Ele observa que a

“autoconsciência crítica significa historicamente e politicamente criação e uma elite intelectual: uma massa humana não se “distingue” e não torna independente “por si” sem organização (no sentido *lactu*) e não tem organização sem intelectual, isto é, sem organizadores e dirigentes, sem aquele aspecto teórico do nexo – teoria/prática – que se distingue concretamente num estrato de pessoas “especializadas” de elaboração conceitual e filosófica” (Idem, p. 1386).

Esta consciência crítica deve estar a serviço da organização e da unidade da classe subalterna, visto que historicamente e politicamente ela não as possuem. A questão, para Gramsci, é como estabelecer um vínculo com os subalternos. Como construir a hegemonia dos de baixo? Qual é o papel

que a cultura tem no processo de manutenção e instrumentalização das classes subalternas? Sob essa motivação ele irá elaborar o conceito de “sociedade civil” e de “sociedade política” ou “Estado integral”, na época em que estava no cárcere. Condicionado, portanto, pelos estudos de realidades “totalitárias” (Estado fascista e Estado soviético) e pelas mudanças ocorridas conhecidas nas sociedades metaforicamente nominada de “Ocidente-Oriente”.

É fundamental compreender o conceito de “sociedade civil” de Gramsci. Nele, há muitos conceitos de “sociedade civil”. No momento em que avança a compreensão filosófico-teórica ele estabelece uma profunda relação com o conceito de “hegemonia” e de “cultura”. Qual é o sentido desses conceitos numa sociedade democrática? Teria sentido falar desses conceitos se entendêssemos a política como força ou como manipulação? O que é sociedade civil? Gramsci irá trabalhar esse conceito para chegar ao de hegemonia. Particularmente esse conceito é somente dele. Ele difere do conceito de sociedade burguesa, como foi entendida tanto por Hegel quanto por Marx. O que ele entende por sociedade civil? Segundo ele:

“pode-se por enquanto fixar dois grandes “planos” superestruturais: o que pode ser chamado de “sociedade civil” (isto é, o conjunto de organizações chamados comumente de “privados”) e o da

“sociedade política” ou Estado, que correspondem à função de “hegemonia” que o grupo dominante exerce em toda a sociedade e àquela de “domínio direto” ou de comando, que se expressa no Estado e no governo “jurídico” (GRAMSCI, p. 1518).

Sociedade civil são organizações privadas como os sindicatos, partidos, associações, igrejas, jornais etc... São organizações ligadas à iniciativa privada que não pertencem à esfera pública. Elas não pertencem ao Estado. Aqui, dois princípios básicos são instituídos: **primeiro**, trata-se da adesão voluntária



e da iniciativa do indivíduo e dos grupos sociais e não da ordem instituída pelo Estado. Gramsci ressalta aqui, que os intelectuais têm um papel importante na organização e elaboração da cultura de uma sociedade, capaz de construir hegemonias. As organizações da sociedade buscam obter o consenso de uma larga massa ou

da inteira sociedade, originando-se uma luta pela hegemonia cultural e política sobre a sociedade. **Segundo**, não é da ordem da coerção, mas do consenso, do consentimento, através do diálogo chega-se à obtenção do consentimento. Para obtê-lo um grupo social deve usar com sabedoria a capacidade de ser hegemônico e fazer-se portador de um projeto universal: dos de baixo. Para esclarecer o conceito de hegemonia que deve se colocar contrário à dominação direta, ele usa o exemplo da igreja católica, entendida como “o aparato de hegemonia do grupo dirigente, que não

possuía um aparato próprio, isto é, não tinha uma organização cultural e intelectual própria, mas sentia como tal a organização eclesiástica universal". (Idem., p. 763).

Gramsci observa que

"no Oriente, o Estado era tudo, a sociedade civil era primitiva e gelatinosa: no ocidente, havia entre o Estado e a sociedade civil uma relação apropriada e, ao oscilar o Estado, podia-se imediatamente reconhecer uma robusta estrutura da sociedade civil. O Estado era apenas uma trincheira avançada, por trás da qual se situava uma robusta cadeia de fortalezas e casamatas" (idem, p. 866).

Os elementos da sociedade civil correspondem aos sistemas de defesa na guerra de posição, por um lado; e, por outro, coloca a hegemonia em crise. Como ele definiu:

"a separação da sociedade civil em relação à sociedade política põe-se um novo problema de hegemonia, isto é, a base histórica do Estado se deslocou. Tem-se uma forma extrema de sociedade política: ou para lutar contra o novo e conservar o que oscila, fortalecendo-o coercitivamente, ou como expressão do novo para esmagar as resistências que encontra ao desenvolver-se etc." (idem., p. 876)

Em oposição à sociedade civil ocidental, Gramsci acena que no Oriente a "sociedade política" ou Estado – ditadura – se apresentava para a sociedade como uma unidade. Ele estabelece um princípio, que na sociedade política (da diversidade) de um Estado Integral, a sociedade civil – *locus* da organização privada – e a sociedade política – aparato político, *locus* da ordem com seu aparelho jurídico e administrativo – são a mesma

coisa. É somente uma questão de nexos. A distinção entre uma e outra feita pelos liberais. Segundo Gramsci:

"As idéias do movimento de comércio livre baseiam-se num erro teórico cuja origem política não é difícil de identificar, baseiam-se na distinção entre sociedade civil e sociedade política que é transformada e apresentada como orgânica, embora na realidade, seja apenas metodológica. Assim, afirma-se que a atividade econômica pertence à sociedade civil, e que o Estado não deve intervir para a regular. Mas, como na realidade a sociedade civil e o Estado são um só, deve esclarecer-se que o *laissez-faire* também é uma forma de "regulação" de Estado, introduzida e mantida por meios legislativos e coercitivos" (idem, SPN, 159).

Percebe-se a hegemonia frequentemente associada ao consentimento, aqui ela expressa-a como força. Contradição esta presente nas democracias modernas. Segundo Gramsci a hegemonia se reporta à democracia moderna. Ela tem uma importância na sociedade moderna. Gramsci busca seu entendimento em Maquiavel. Depois da Revolução Francesa, "*a burguesia pode apresentar-se como "Estado" Integral detentor de todas as forças intelectuais e morais de que precisava para organizar uma sociedade completa e perfeita*" (idem., ibidem., p.270). A iniciativa jacobina foi de instituir o culto do "Ser Supremo", que surge, portanto, como uma iniciativa de criar os elementos entre Estado e sociedade civil, de unificar ditatorialmente os elementos constitutivos do Estado em sentido orgânico e mais amplo (Estado propriamente dito e sociedade civil). Segundo Gramsci os Jacobinos tiveram um atitude audaciosa, eles trouxeram os

camponês para fazer a Revolução. Gramsci observa:

“O exercício “normal” da hegemonia no terreno agora clássico do regime parlamentar é caracterizado pela combinação de força e consentimento, que se equilibram um ao outro, sem que a força predomine excessivamente sobre o consentimento” (idem, *ibidem.*, p. 90).

Para Gramsci nas democracias modernas a hegemonia é a forma de fazer a contra parte à representatividade e ao sufrágio universal, que são as duas características da democracia, no momento em que os partidos e sindicatos estão consolidados.

A partir dessa compreensão Gramsci irá elaborar uma Estratégia para o movimento operário. Dois conceitos aparecem em seu pensamento: “*guerra de movimento*” e “*guerra de posição*”. Com esses dois conceitos ele enfatiza a especificidade da hegemonia e da política. São elas que impulsionam o desenvolvimento da democracia e de uma sociedade moderna. Sua afirmação conduz a um novo tipo de luta de classe, à altura das “trincheiras” e “casamatas” que vão mudando rapidamente o campo de batalha. Por que a democracia burguesa? Escreve ele porque

“a classe burguesa põe-se a si mesma como um organismo em contínuo movimento, capaz de absorver toda a sociedade, assimilando-a a seu nível cultural e econômico; toda a função do Estado é transformada: o Estado torna-se “educador” etc... (idem., *ibidem.*, p. 937).

O conceito de hegemonia se apresenta como inovador. Ele mostra os processos pelos quais uma classe pode exercer domínio sobre as outras: estabelecendo a superioridade mediante o consenso, transformando a ideologia de um grupo

num conjunto de verdades que se acredita válido para toda a sociedade.

Neste sentido ganha importância o conceito de Cultura que aparece imbricado ao conceito de hegemonia. Cultura para Gramsci é cuidar de alguma coisa. É fazer alguma coisa. Como dizemos acima é agir. Anterior ao cárcere sua preocupação era organizar a classe operária, por isso surgiu a Revista “*L’Ordine Nuovo*”. Segundo Gramsci,

“exercício de pensamento, aquisição de idéias gerais, hábito de relacionar causas e efeitos. Para mim todos já são cultos porque pensam, relacionam causas e efeitos. Mas são empiricamente e não organicamente, tenho uma idéia socrática de cultura: pensar independentemente e proceder bem independentemente do que se faz” (Gramsci, *Jornal Socialista, Avanti*, 1917).

No cárcere o conceito ganha novo significado, porque preocupado com a cultura, ou seja, como podia ser despertada e desenvolvida a consciência política capaz de se opor efetivamente à da sociedade burguesa dominante. Ele insiste sempre numa “reforma cultural” que deve estar necessariamente ligada à reforma econômica: “*Poderá haver reforma cultural, e poderá a posição dos estratos deprimidos da sociedade ser melhorado culturalmente, sem uma reforma econômica previa e um a mudança da sua posição nos campos sociais e econômicos?*” (SPN, p. 113)

Gramsci assinala o conteúdo da cultura. Ele concebe a cultura como um patrimônio reflexivo, emotivo e intersubjetivo que caracteriza um determinado ambiente social: classe, grupos, razões, nações, etc.), que se manifesta nas formas de normas, idéias, convicções por um dado grupo social, e

que constitui a fonte da vontade coletiva e do comportamento coletivo. A cultura então é qualquer manifestação da espiritualidade humana – ciência, arte, religião, filosofia e a política – desde que exprimi um produto no desenvolvimento histórico de um grupo social. Entretanto, Gramsci sabe que existem manifestações de cultura intelectual própria do capitalismo, de uma sociedade constituída por classes onde se produz duas culturas: a dos dominantes e a dos subalternos. Os intelectuais têm a responsabilidade política de transformar os inícios rudes e ásperos – senso comum – em culturas coerentes, poderosas e plausíveis, ou seja, não se deixar levar pelo “canto do cisne” que a produz.

A cultura das classes subalternas dependente tem para ele um significado essencial, até porque essa cultura de “massa”, isto é, do “povo”, é o principal terreno onde se opera a política cultural. Ele, aqui, é crítico em confronto com a cultura burguesa, até porque nenhuma classe social pode conquistar e conservar o poder se não há o “consenso” das massas. Para obter o consenso deve exercitar a hegemonia sobre o povo, mas aqui também nem tudo que vem do povo é expressão da consciência crítica, de modo que a política cultural que está sendo instituída é sempre movediça, transitória e contingente, estratégia de força e consentimento para adequação das consciências. O principal para Gramsci, segundo Grehan, é que a cultura – as culturas – que são, em última instância, o produto de histórias específicas, são sempre entidades fluídas e volúveis; e temos de nos lembrar sempre que, quando falamos sobre determinadas “culturas”, o seu caráter particular depende do lugar exato e do momento histórico determinado de que nos ocupamos no

tempo e no espaço (Grehan, 2002, p.230).

Essa observação caracteriza uma conexão entre cultura, política e economia. Segundo o entendimento de Gramsci, esses conceitos são distintos, mas possuem uma interdependência. A vida econômica proporciona o terreno permanente e orgânico, desde que a política seja um produto genuíno deste terreno e que possa proporcionar uma vida superior ao capitalismo. São os intelectuais – grupo social – que conseguem fazer a passagem do terreno permanente e orgânico da vida econômica para a organização política eficaz. Assim, se uma classe não consegue seus próprios intelectuais ela é incapaz de se transformar numa força hegemônica. A obtenção da hegemonia por uma classe está ligada à “*fundação de um Estado*”: ex. dos jacobinos.

Para Gramsci, a hegemonia significa, em parte, que uma classe ou uma aliança de classes, conseguiu transcender os seus próprios interesses corporativos estritos e incorporou pelo menos alguns dos interesses das classes subalternas. De tal forma que parece representar os interesses da sociedade como um todo. Isto marca a passagem decisiva da estrutura para a esfera da superestrutura. Segundo Gramsci, as classes podem ser os atores principais da história humana, mas para agirem de modo consciente elas precisam de Partidos.

O Partido é o termo-chave para Gramsci. Ele usa tanto para referência de organizações formais como as não-formais porque numa sociedade ninguém é desorganizado. Qual é o ponto de referência para o novo mundo em gestação? O mundo da produção: o trabalho. E, assim, concluo essas observações com a pergunta feita no

início: o quem temos a ganhar estudando Gramsci?

Referências

- BARATTA, G. *Le rose e Gramsci*. Roma. 2000
- GRAMSCI, A. *Quaderni del cárcere*. Edizione critica Dell'Istituto Gramsci di Roma (a cura de V. Gerratana. Einaudi, Torino, 1977
- GREHAN, K. *Gramsci, cultura e antropologia*. Pluto Press. London. 2002.
- KONDER, L. *O futuro a filosofia da práxis: o pensamento de Marx no século XXI*, Ed. Paz e Terra, Rio, 1992
- KOSIC, K. *Dialética do concreto*. Paz e Terra. Rio. 1996
- PFAIFER, M. & ANGELI, Rosemari F. "Contribuições de Gramsci para a educação". Mimeo, Curitiba. 2010.



* **JOSÉ MARIO ANGELI** é Professor do Departamento de Filosofia da UEL; Doutor em Filosofia pela Pontificia Università San Tommaso Di Aquino.